



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO N°22 | AGOSTO 2021 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

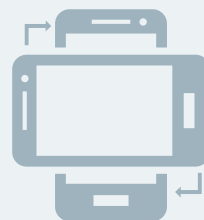
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Desmatamento e queimadas são motivos de preocupação no sul do Amazonas

10 Interior em Foco

- Audiências públicas sobre Trecho Meio devem acontecer ainda este ano

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

20 Ciência

- O que a BR-319 tem a ver com o novo relatório do IPCC?

22 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

A edição deste mês tenta dar visibilidade à situação enfrentada por moradores e gestores de municípios da área de influência da BR-319 nesta temporada de queimadas. Pessoas comuns, ativistas e secretários de meio ambiente enfrentam, cada um a seu modo, os desafios impostos pela falta de recursos, investimento, fiscalização e de compromisso coletivo para evitar a destruição da floresta e suas consequências.

Consequências essas que não tardam, como alertou o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Na seção Ciência, os pesquisadores Aurora Yanai e Philip Fearnside comentam o impacto das obras na BR-319 em relação ao desmatamento na rodovia e como elas contribuem para o aquecimento global. É importante não esquecer, e repetir sucessivas vezes, que a floresta amazônica provê serviços ecossistêmicos essenciais para a manutenção do nosso bem-estar. Na mesma esteira, a seção de Monitoramentos traz dados sobre recordes de desmatamento na região e em Unidades de Conservação, além de áreas que nunca tinham registrado o problema.

Também peço atenção especial ao Interior em Foco, que fala sobre a possibilidade de realização de audiências públicas para o processo de licenciamento do Trecho do Meio. O procurador do Ministério Público Federal (MPF), Rafael Rocha, e o secretário coorde-

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, DESMATAMENTO E COVID-19

nador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Nilcélio Dijahui, opinam sobre os eventos. Na seção, disponibilizamos o documento preliminar do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) que detalha como e onde as reuniões deveriam ser feitas. Este documento foi submetido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que pediu alterações e deve passar por mudanças, mas serve para termos uma ideia do que vem por aí.

Por fim, o Minuto BR traz as últimas notícias sobre o que aconteceu de mais importante a respeito da rodovia, como novidades das obras do Lote C e a recuperação de um trecho do km 28, que desabou após fortes chuvas.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês



Foto: Divulgação/ SSP - AM

Flagrante feito pela Operação Tamoioatã na BR-319, em Humaitá (AM).

Desmatamento e queimadas são motivos de preocupação no sul do Amazonas

Ações são o rastro de crimes ambientais e de violações aos direitos humanos na região.

“A gente vem chegando na cidade e só enxerga mesmo queimadas, só fumaça”. O relato é de Delis Gomes, 25 anos, moradora do município de Humaitá, um dos mais afetados por queimadas e desmatamento na área de influência da BR-319. A situação relatada por ela é consequência dos altos índices de desmatamento e focos de calor registrados na região. Ano após ano, a temporada de queimadas se intensifica no estado. Uma das evidências é que pelo terceiro ano seguido, o **Amazonas atingiu o recorde de queimadas em agosto. Em 2019, foram 6.668 focos; em 2020, 8.030; e em 2021**, até o dia 30 do mês, 8.585.

Delis faz viagens frequentes pelas estradas do sul do Amazonas, percorrendo a BR-319 e a BR-230 (Transamazônica), principalmente entre Humaitá (AM), Porto Velho (RO), Apuí (AM) e Manaus (AM). “A gente tem visto muitas queimadas, diariamente, todos os dias”,



Foto: Divulgação / SSP-AM

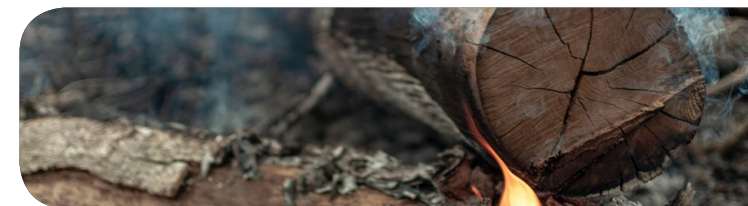
ênfata. “Principalmente no período da tarde, quando escurece, fica bem difícil a visibilidade por conta da fumaça. Dos dois lados, quando a gente passa por, praticamente, toda a BR, tem muita queimada. Tem trechos onde só tem espaço para o carro passar e correndo risco ainda. É muito perigo, com bastante fogo dos dois lados”.

A situação descrita por Delis é reflexo dos dados de monitoramento de desmatamento e queimadas no Amazonas e de Rondô-

nia feito pelo Observatório BR-319. Os dois estados são interligados pela rodovia BR-319 que abrange, diretamente, 13 municípios, 69 Terras Indígenas (TIs) e 41 Unidades de Conservação (UCs). “Em 2021, temos visto dados alarmantes de desmatamento. Municípios como Tapauá, que nunca estiveram entre os que registram dados expressivos de desmatamento, passaram a registrar. Isso é muito preocupante”, avalia a secretária executiva do Observatório BR-319, Fernanda Meirelles.

DANOS À FLORESTA

Na última semana de agosto, o procurador do Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC-AM), Rui Marcelo, **representou contra gestores e autoridades do estado** para definição de responsabilidades “por aparentes danos florestais, ambientais, climáticos e patrimoniais, em decorrência da reiterada omissão de combate ao desmatamento ilegal no Amazonas, na porção florestal amazônica”. A medida abrange, até o momento, 13 municípios do Amazonas, entre eles Autazes, Lábrea, Humaitá, Manicoré, Canutama, Tapauá e Borba, que estão na área de abrangência da BR-319.



AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE COMBATE AO DESMATAMENTO E ÀS QUEIMADAS

Operação Tamoioatá – Ação integrada entre as forças de segurança e o sistema estadual de meio ambiente para o combate de desmatamento e queimadas no sul do Amazonas.

Decreto de Emergência Ambiental – Em vigência na Região Metropolitana de Manaus e sul do estado para resposta às ocorrências do desmatamento ilegal e queimadas não autorizadas e outros crimes ambientais.

Decreto de proibição do uso de fogo – Proibição do uso de fogo em atividades agropastoris e florestais no território nacional desde junho. A medida do governo federal possui exceções.

Seis municípios na GLO – Autoriza o emprego das Forças Armadas no combate a delitos ambientais nos municípios de Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Novo Aripuanã.

Brigadistas voluntários no sul do Amazonas: 26 em Lábrea; 20 em Manicoré; 24 em Novo Aripuanã; 20 em Humaitá; 17 em Apuí; 38 em Boca do Acre; e 30 em Canutama.



Foto: Divulgação / SSP-AM

ATENÇÃO NO SUL

O sul do Amazonas, que faz fronteira com Rondônia e Mato Grosso, é onde estão municípios que, historicamente, registram os maiores índices de desmatamento e focos de calor no estado. A região é alvo de ações dos **governos federal e estadual**, que acontecem, principalmente, nas imediações das rodovias BR-230 e BR-319, mas também chegam a madeiras, como no distrito Realidade, em Humaitá, e Santo Antônio do Matupi, em Manicoré.

Em Humaitá, município de Delis, citada no início da reportagem, o secretário municipal de meio ambiente John Elton Auler, diz que a cidade precisa de reforço na estrutura para combater a quantidade de incêndios florestais que acontecem nesta época do ano. “Prefeitura nenhuma tem recursos para combater queimadas! Quem é detentor do Fundo Nacional de Meio Ambiente é o governo federal, do Fundo Estadual de Meio Ambiente é o estado, as multas e arrecadações vão todas para o estado e União, os municípios não têm participação em nada. Como podemos nos responsabilizar?” questiona.

Para Auler, a maior dificuldade se concentra na área da malha viária, que totaliza cerca de 400 quilômetros. Segundo ele, a Secretaria de Estado Do Meio Ambiente (Sema-AM) e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) estão no município, mas focam as ações de fiscalização em madeiras.



Questionado se fez algum pedido de ajuda ao estado ou à União ele diz: “Não, pois todos sabem da realidade de Humaitá. O próprio governo do Amazonas determinou uma missão à região que está em vigência”.

Procurada pelo Observatório BR-319, a Sema-AM explicou que os recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) são destinados “por meio da submissão e aprovação de projetos ambientais pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cemaam), nos termos da **Resolução do Cemaam N.º 31, de 11 de outubro de 2019**”. E que as quantias arrecadadas de multas e autos de infração, aplicados pelo Ipaam, são destinadas para conta específica do Fema.

Em Manicoré, os esforços recebem articulação internacional. “Estamos trabalhando em três frentes: intensificação da fiscalização, campanhas de educação ambiental contra as queimadas e contratação de mais 20 brigadistas florestais pelo banco alemão KfW. Hoje, contamos com apenas quatro brigadistas florestais, o mínimo necessário para operacionalizar o veículo de combate a incêndios de grande proporção”, conta o secretário de meio ambiente Paulo Renato da Silva Vieira.

Em Tapauá, terceiro maior município do Amazonas, o secretário municipal de meio ambiente, Jaciel dos Santos Souza, relata que não dispõe de recursos à altura do desafio imposto pela gestão ambiental local. “Estamos sofrendo grande pressão para controlar as queimadas, uma vez que não temos brigadistas

na secretaria”, relata. “Eu já pedi o curso de formação à Sema e que Tapauá fosse inserido na operação Tamoitatá, mas ainda não tive resposta”, acrescenta Jaciel.

RAMAL ATÉ A BR-319

Em **Canutama**, município da calha do Purus e com população estimada em 15.807 habitantes, a comunidade ribeirinha de Belo Monte é fonte de preocupação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) por denúncias de grilagem, desmatamento, queimadas e invasões de terras para abertura de um ramal que ligaria o local a rodovia BR-319.

O OBR-319 teve acesso às denúncias formalizadas pela entidade a autoridades do Amazonas. Uma delas, **que está sob análise do MPF**, relata que, desde 2019, Belo Monte é “alvo de interesse e cobiça de especuladores fundiários vindos de outros estados e regiões do país como é o caso de especuladores vindo principalmente dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Minas Gerais”. O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), organização membro do OBR-319, auxilia a CPT no monitoramento de desmatamentos e queimadas no município.

Segundo a denúncia, a atividade recebe apoio de maquinário para derrubada de árvores e contratação de mão de obra local. “Grileiros vindos de outros estados brasileiros começaram a ‘ajudar os agricultores’ locais concertando a estrada e vicinais”,



Foto: Cedida por Delis Gomes

diz outra parte do documento. A maior preocupação da CPT é com invasões da Floresta Estadual (FES) de Tapauá e da Floresta Nacional (Flona) de Balata-Tufari, **devido à proximidade com os territórios dos povos indígenas Katawixi**, que vivem em isolamento voluntário, e dos Juma, em extinção e que perderam seu último guerreiro para a covid-19 este ano.

Flona Balata-Tufari tem sofrido com desmatamento e temos informações até sobre comercialização de terras dentro da Unidade de Conservação. A FES de Tapauá sofre com a ação de grileiros que já estão expulsando comunidades tradicionais. As comunidades ribeirinhas do Purus, por sua vez, sofrem com a fumaça produzida pelas queimadas realizadas por esses invasores, disse a CPT por

meio de nota ao OBR-319. “A situação é muito preocupante, pois estão abrindo um ramal para ligar Belo Monte a BR-319. Se isso progredir, a região de Canutama vai se converter em uma nova Rondônia, porque será quase impossível barrar o desmatamento”.

A denúncia também foi encaminhada ao Ibama, Ipaam, Sema-AM, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Câmara Municipal de Canutama. Os órgãos estaduais prometeram incluir Belo Monte em operações realizadas no sul

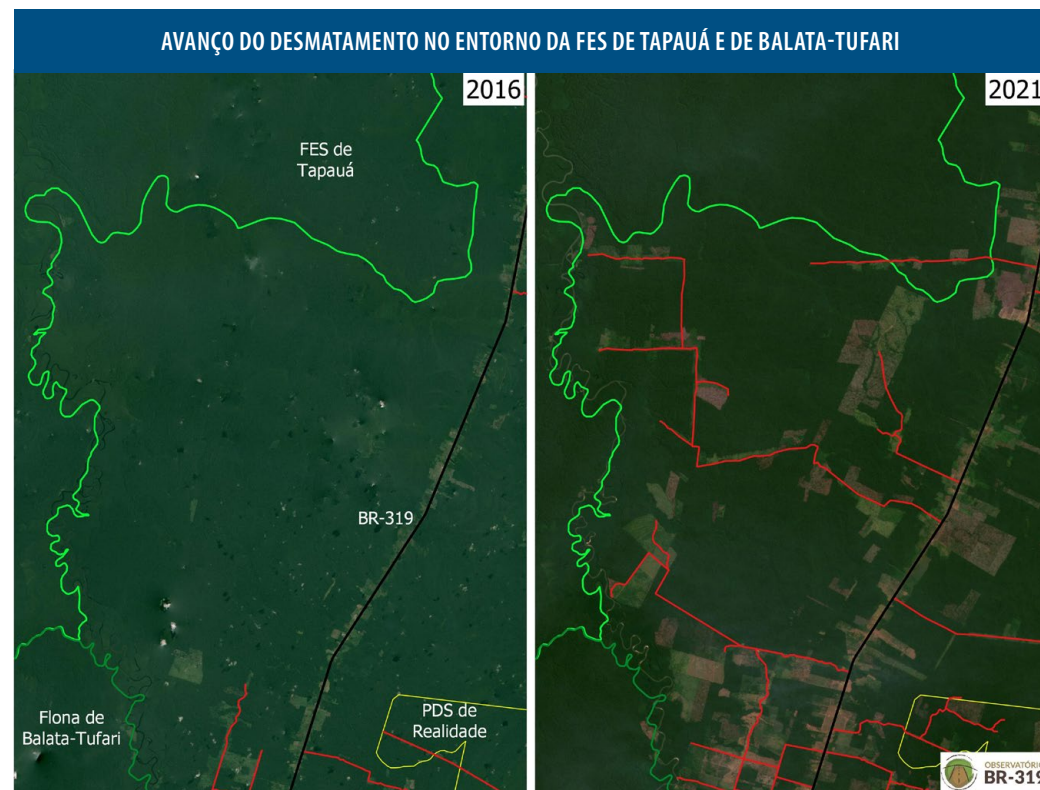
do Amazonas. O OBR-319 solicitou nota ao Ministério da Defesa, responsável por operações Unidades de Conservação federais através da GLO, mas não foi respondido até o fechamento desta edição.

“A CPT continua enviando documentos e denúncias aos órgãos competentes, mas isso deixa as pessoas que fazem as denúncias vulneráveis, porque as informações sobre os crimes ambientais chegam às autoridades, mas elas fazem vista grossa. Com a política do governo federal, Canutama já está na rota do Arco do

Desmatamento, grileiros estão adentrando a região com muita força, poder financeiro e articulação política”, critica a comissão. “A inação na averiguação das denúncias mostra que existe uma fragilidade muito grande das autoridades competentes. Há mais de dois anos, o município, está sem um juiz ou um promotor. Não tem atendimento presencial e nem andamento de processos. Só recentemente o município passou a ter um delegado. Tudo isso contribui para o cenário atual”, conclui a CPT.



As linhas vermelhas mostram os ramais que estão sendo abertos na floresta. As linhas verdes mostram os limites das áreas protegidas. **Mapas:** Thiago Marinho/OBR-319.





Interior em Foco



Uma das reuniões comunitárias de moradores da BR-319 realizadas antes da pandemia.

Foto: Acervo Iúesam

Audiências públicas sobre Trecho Meio devem acontecer ainda este ano

Dnit se articula para organização dos eventos. MPF e Coiab se posicionam contra a realização das audiências devido a pandemia e atropelos na consulta aos indígenas.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) pretende realizar, ainda este ano, audiências públicas híbridas sobre o processo de licenciamento do Trecho do Meio da BR-319. As informações constam no **Plano de Comunicação para Divulgação das Audiências Públicas**, documento preliminar ao qual o Observatório BR-319 teve acesso. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pediu **alterações na programação e complementações de informações**, mesmo assim, é possível ter uma ideia do que vem pela frente.

“O objetivo deste plano de comunicação é informar aos órgãos competentes, comunidades locais, imprensa e toda a sociedade as ações de comunicação que serão executadas pelo Dnit para divulgação das audiências públicas”, diz um trecho do documento se referindo ao Trecho do Meio.



Governador do AM, Wilson Lima, e ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, em evento na BR-319.

Foto: Arthur Castro / Secom

O Ministério Público Federal (MPF) **recomendou que as audiências não fossem realizadas**. Para levá-las adiante, o Dnit e o Ibama se respaldam na **Resolução do Conama nº 494/2020**, que estabelece, em caráter excepcional e temporário, nos casos de licenciamento ambiental, a possibilidade de realização de audiência pública de forma remota durante a pandemia de covid-19.

“É difícil chegar a um consenso sobre o que seria um ‘caso excepcional’”, destaca o procurador da República e autor da recomendação, Rafael Rocha. “Um estudo de impacto ambiental é algo extremamente complexo e que deve ser amplamente discutido. É muito difícil imaginar uma situação em que seria razoável abrir mão de reuniões presenciais para licenciar um empreendimento na Amazônia, sem envolver aqueles que moram em locais que não possuem internet. A pressa e a alegada urgência não combinam com a precaução que se deve ter nesses casos”, explica o procurador.

O coordenador secretário da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Nilcélio Djahui, acrescenta que a realização das audiências coloca em risco a saúde e desrespeita direitos dos indígenas. “Não somos a favor dessas audiências públicas, nem presenciais e nem virtuais, pois corremos risco de infecção pela covid-19. E muitos locais não têm infraestrutura e nem internet, além do mais, o **ECI ainda não foi finalizado**”, destaca Nilcélio. “Não concordamos, não vamos participar e não somos a favor, desde que a pandemia chegue ao fim, a **Convenção 169 da OIT** seja respeitada e os protocolos de consulta aos povos indígenas sejam realizados”, finalizou.

A secretária de apoio ao licenciamento ambiental e à desapropriação do PPI, da Casa Civil, Rose Hofmann, explica que a **Funai segue um procedimento** e uma **Instrução Normativa** para a apresentação dos estudos. Ela também informou que o Dnit ainda não tem previsão para **entregar as complementações solicitadas pelo órgão indigenista**.



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19





Monitoramento de Focos de Calor

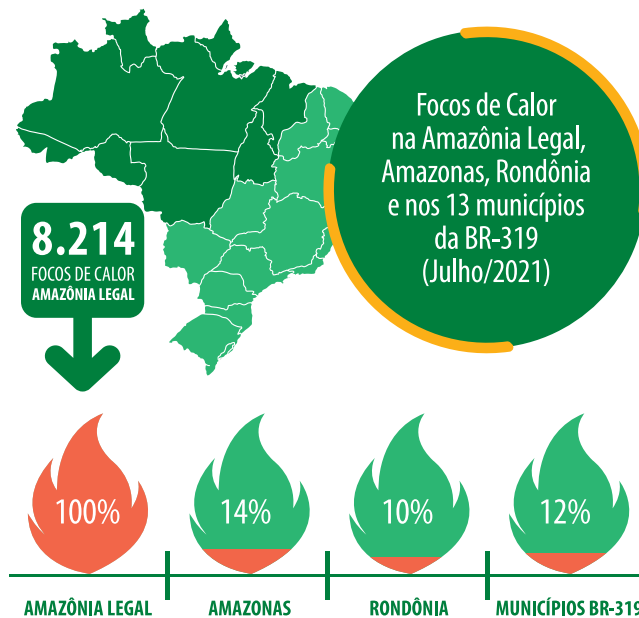
Em julho, os focos de calor na Amazônia Legal (AL) apresentaram redução de 23% em relação ao mesmo mês de 2020.

No estado do Amazonas (AM), que apresentou 1.172 focos, também houve redução, de 45%. Por outro lado, Rondônia (RO), com 837 focos, e os municípios da BR-319, com 963, apresentaram aumento em comparação a julho do ano anterior, de 96% e 61%, respectivamente.

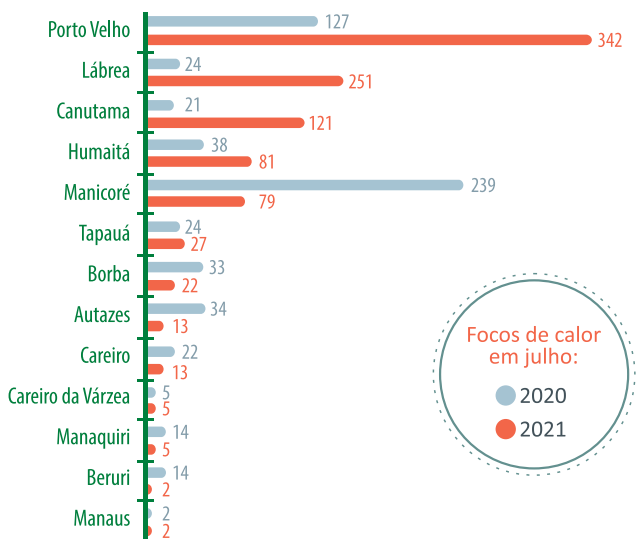
PORTO VELHO, LÁBREA E CANUTAMA ESTÃO NO TOP 10 DA AMAZÔNIA LEGAL

Os municípios do sul da BR-319, mais uma vez, lideraram o ranking dos 13 municípios. Além disso, Porto Velho, Lábrea e Canutama apareceram na lista dos 10 municípios que mais apresentaram focos de calor de toda Amazônia Legal, em 2º, 4º e 10º lugar, respectivamente.

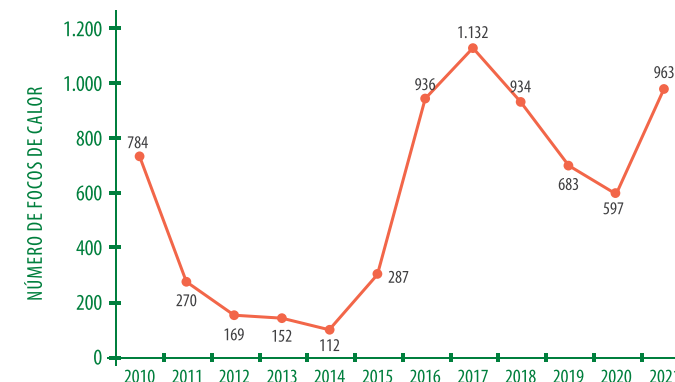
Para Lábrea e Tapauá, os valores apresentados representam o recorde de número de focos de calor no mês de julho dos últimos 12 anos. Esse é o segundo mês seguido que Lábrea bate o recorde da série histórica.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JULHO (2010 A 2021)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JULHO DE 2020

AUMENTOU

- Lábrea (946%)
- Humaitá (113%)
- Canutama (476%)
- Tapauá (13%)
- Porto Velho (169%)

DIMINUIU

- Beruri (86%)
- Autazes (62%)
- Manicoré (67%)
- Careiro (41%)
- Manaquiri (64%)
- Borba (33%)

FOCOS DE CALOR ZERO EM JUL/2021

- Nenhum município.

* Careiro da Várzea e Manaus mantiveram o mesmo valor apresentado em julho de 2020.



ÁREAS PROTEGIDAS

Em julho, 12 Unidades de Conservação (UCs) apresentaram focos de calor em seus territórios. Duas delas, Parque Nacional Mapinguari e Parque Nacional dos Campos Amazônicos, são UCs de Proteção Integral. Além disso, 14 Terras Indígenas (TIs) apresentaram focos de calor neste mês, somando 55 focos, o maior número para julho em 12 anos. Para mais informações sobre focos de calor nas Áreas Protegidas monitoradas, [clique aqui](#).

20%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

29%

DAS 41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS

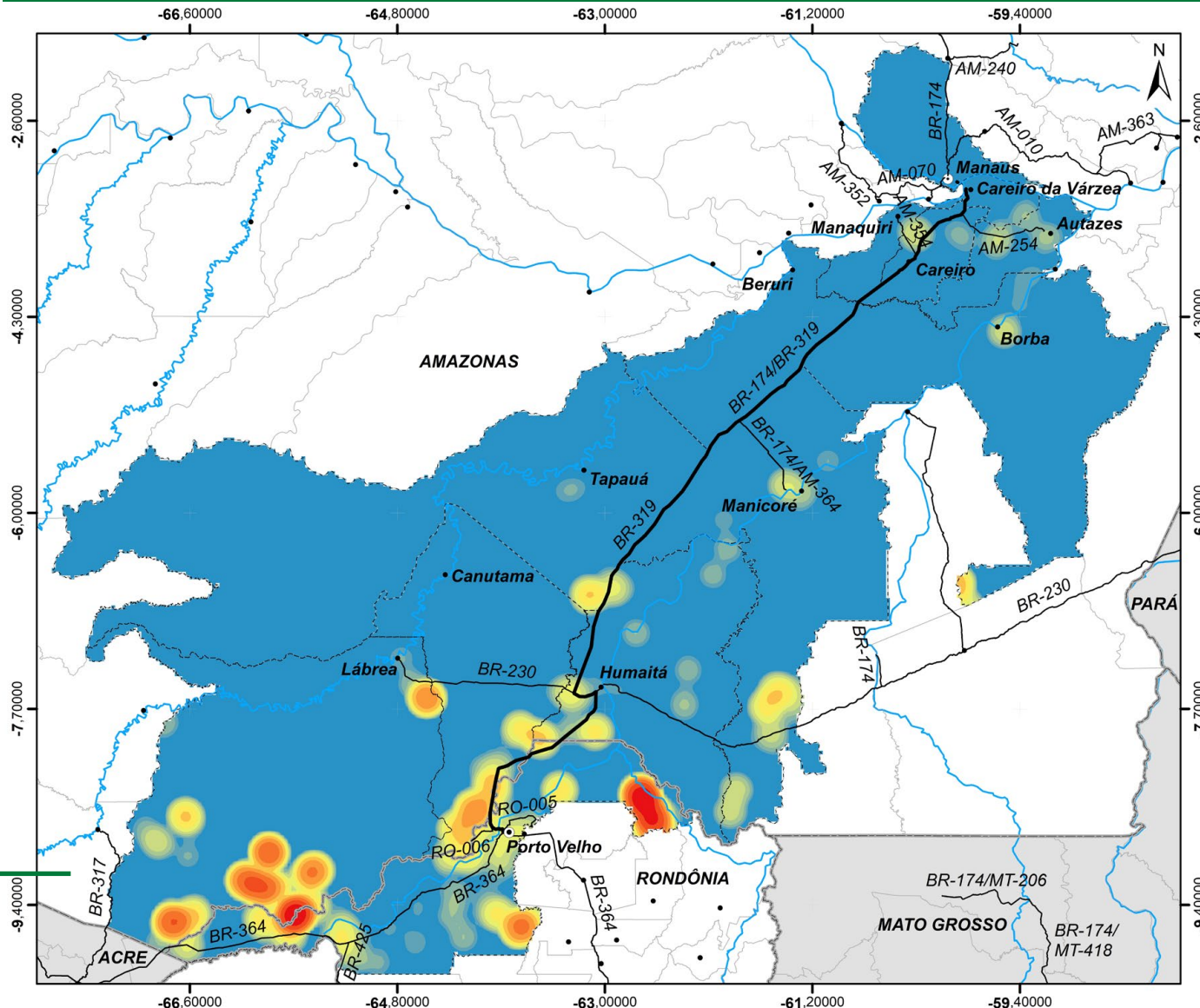


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Julho 2021





Monitoramento de Desmatamento

RECORDE DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL, NO AM, EM RO E NOS MUNICÍPIOS DA BR-319

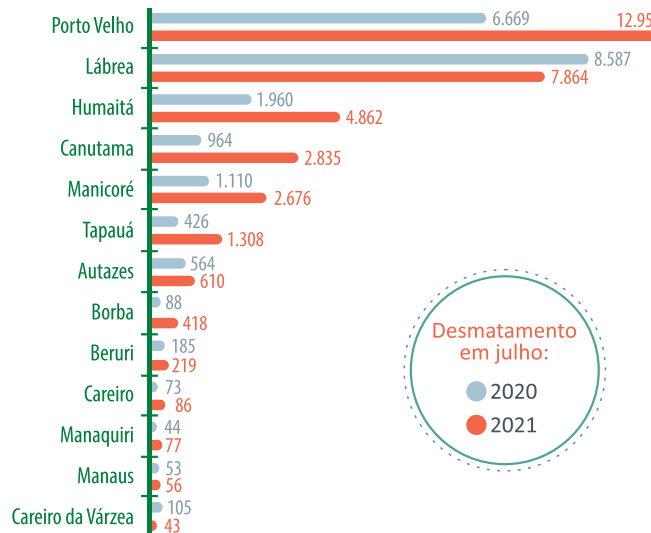
Neste mês, a Amazônia Legal (AL), o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 bateram o recorde de desmatamento considerando toda a série histórica (2010-2021), com 209.601 ha, 40.183 ha, 31.897 ha e 34.011 ha desmatados, respectivamente. Se comparados a julho de 2020, o desmatamento aumentou em 80%, 51%, 108% e 63% nessas regiões.

MUNICÍPIOS DA BR-319 NA LISTA DOS MAIS DESMATADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Em julho, 11 municípios dos 13 monitorados apresentaram aumento do desmatamento em comparação a julho de 2020 e oito bateram o recorde da série histórica. Além disso, Porto Velho, Lábrea e Humaitá apareceram na lista dos 10 municípios que mais desmataram de toda Amazônia Legal, em 2º, 4º e 9º lugar, respectivamente (**Boletim Imazon – julho 2021**). Borba apresentou o maior aumento de desmatamento do mês, de 377%, e Careiro da Várzea a maior redução, de 59%, ambos em comparação ao mesmo mês de 2020.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JULHO DE 2020

AUMENTOU

- Borba (377%)*
- Tapauá (207%)*
- Canutama (194%)*
- Humaitá (148%)*
- Manicoré (141%)*
- Manaquiri (75%)*
- Careiro (19%)*
- Beruri (18%)
- Autazes (8%)
- Manaus (5%)

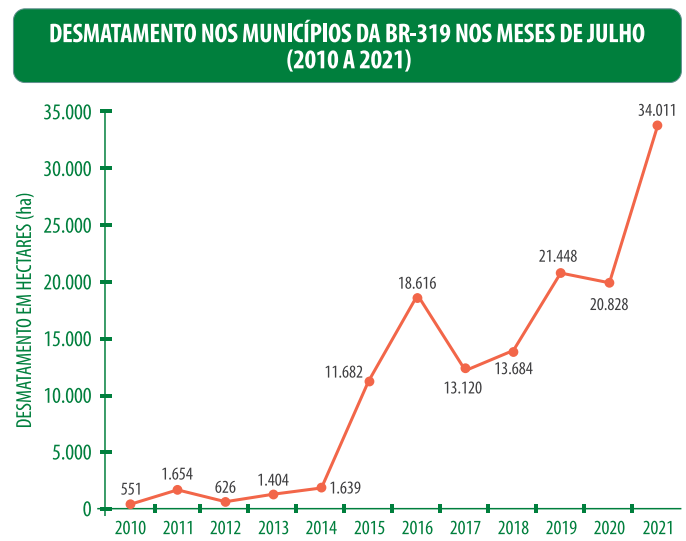
DIMINUIU

- Careiro de Várzea (59%)
- Lábrea (8%)

DESMATAMENTO ZERO EM FEV/2021

- Nenhum município.

*Municípios que apresentaram desmatamento recorde da série histórica (2010-2021).





ÁREAS PROTEGIDAS: PRIMEIROS REGISTROS DE DESMATAMENTO PARA JULHO

Em julho, 22 UCs e 20 TIs apresentaram desmatamento em seus territórios. Ao todo, 10 Áreas Protegidas bateram recorde de desmatamento em julho dos últimos 12 anos e para outras oito, essa foi a primeira vez que algum desmatamento foi detectado nesse mês, desde 2010.

O destaque vai para a UC Parque Nacional Mapinguari, a 8ª mais desmatada da AL e para as TIs Karipuna e Tenharim Marmelos (Gleba B), 5ª e 6ª mais desmatadas da AL (Boletim Imazon – julho 2021). Para mais informações sobre desmatamento nas TIs e UCs monitoradas, [clique aqui](#).

29% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

54% DAS 41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

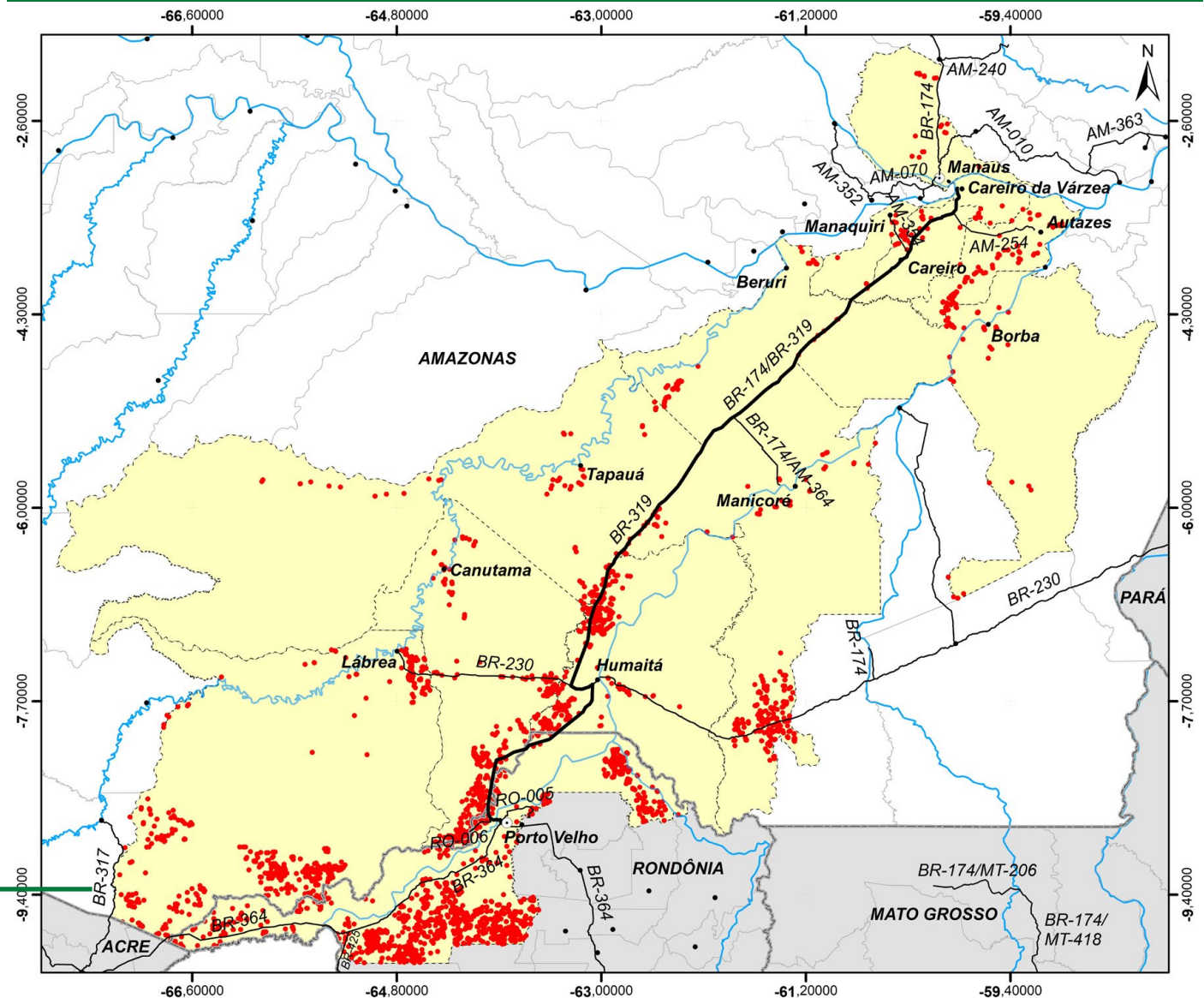
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Julho 2021



Monitoramento da covid-19

NOVOS CASOS

Entre 15 de julho e 15 de agosto, dos 13 municípios sob influência da BR-319, Manaus, Porto Velho e Borba registraram mais de 100 novos casos de covid-19, conforme a tabela. Os dados de Porto Velho são referentes ao dia 14 de agosto - no banco de dados o município não apresentou informações para o dia 15 de agosto.

O crescimento percentual dos casos reduziu em relação ao mês anterior. Borba e Canutama apresentaram as maiores taxas de aumento de casos em relação ao acumulado até dia 15 de julho, com 6,17% e 4,9%, que representam 143 e 66 casos, respectivamente.

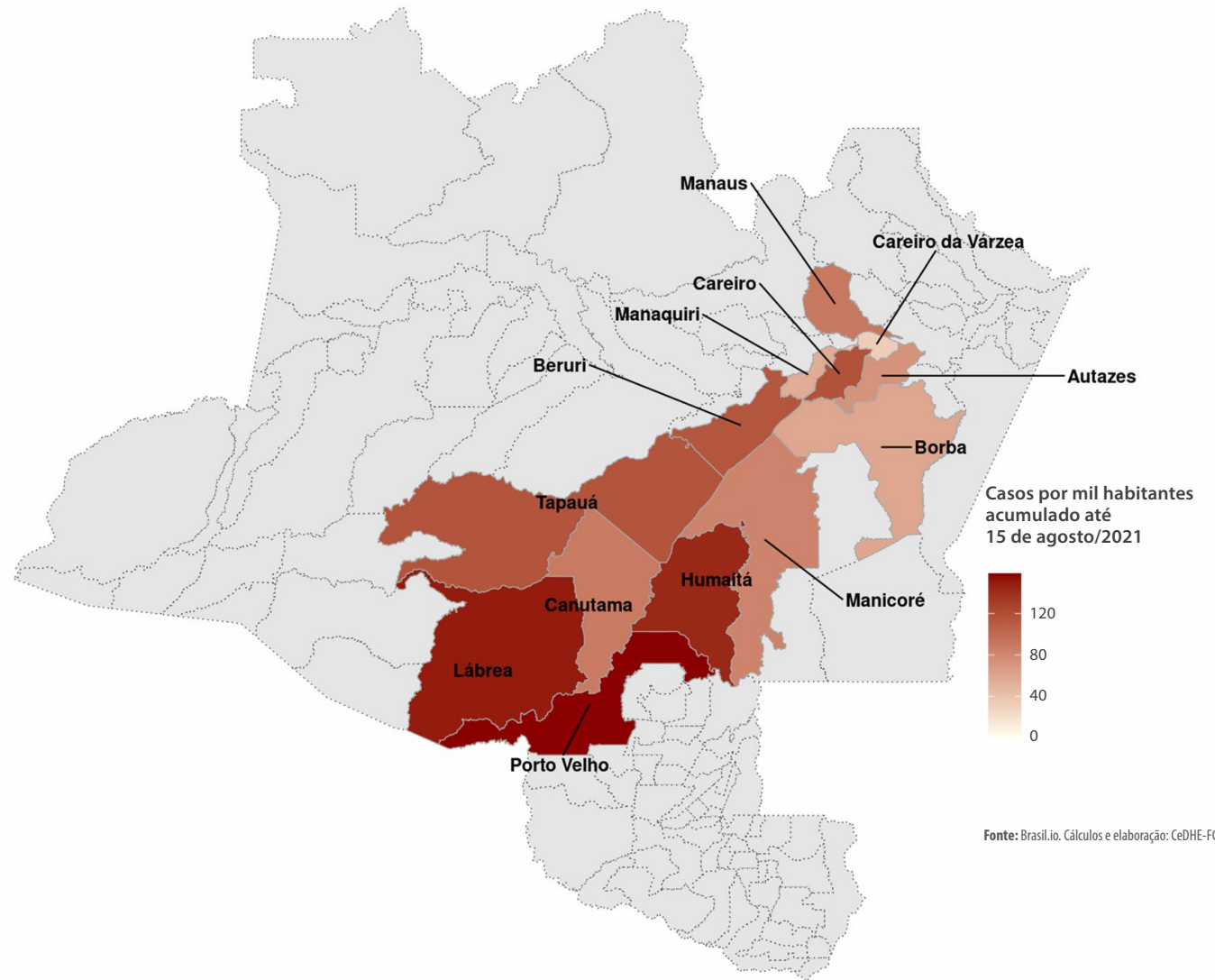
Apenas Porto Velho e Canutama apresentaram aumento expressivo na média móvel de novos casos por mil habitantes, passando de 0,25 casos por mil habitantes.

MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 COM MAIS DE 100 NOVOS CASOS DE 15 DE JULHO A 15 DE AGOSTO DE 2021

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CASOS NOVOS
Manaus	8.697
Porto Velho*	1.353
Borba	143

* Dados relativos ao dia 14 de Agosto. / Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

Mapa das áreas com casos de covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319 - acumulado até 15 de agosto/2021.



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.



CASOS ACUMULADOS

Em Manaus, já são 201 mil casos de covid-19 desde o início da pandemia até o dia 15 de agosto de 2021; 86 mil em Porto Velho; 8 mil em Humaitá; e 7 mil em Lábrea. Nos 13 municípios sob influência da BR-319, os casos de covid-19 somam 325 mil.

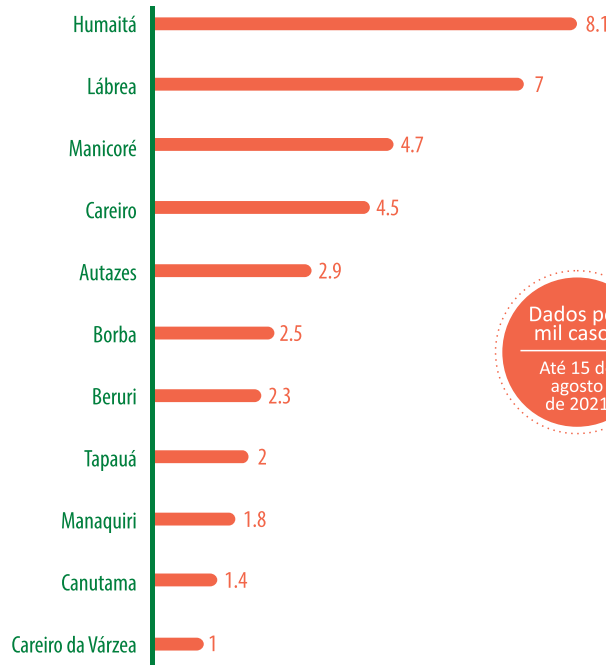
Em termos relativos ao total da população, Humaitá, Lábrea e Porto Velho são os municípios com o maior número de casos acumulados, com mais de 140 casos por mil habitantes. Careiro, Tapauá e Beruri aparecem em seguida com taxas superiores a 110 casos por mil habitantes. (conforme o mapa).

MORTES

Entre 15 de julho e 15 de agosto, foram registradas 198 mortes nos 13 município sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia até o último dia 15, foram 12,6 mil mortes.

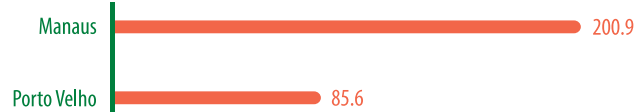
O maior aumento relativo de mortes se deu em Manaquiri com nove mortes, representando um aumento de 10,6% no número de mortes acumuladas desde o início da pandemia. Em termos absolutos, Manaus apresentou o maior aumento com 174 mortes - o que corresponde a um aumento de 1,89%.

11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Dados por mil casos
Até 15 de agosto de 2021

CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CedHE-FGV.



NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- Painel Conass Covid-19



NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas



NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

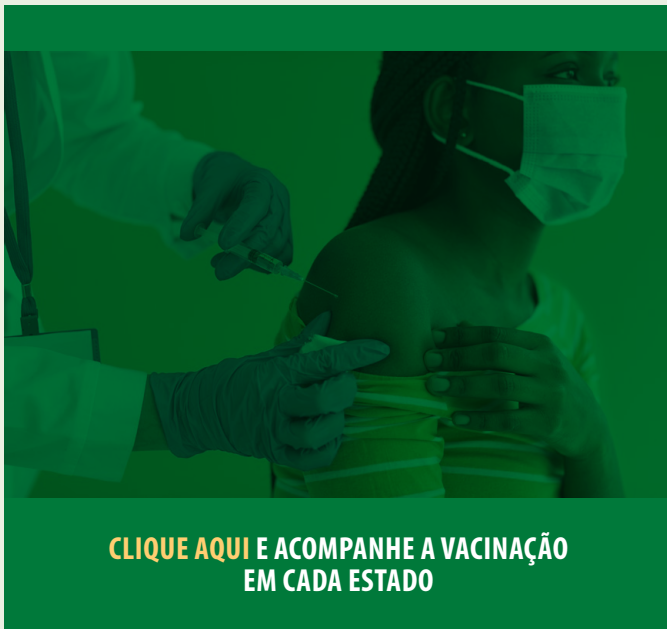
- Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19



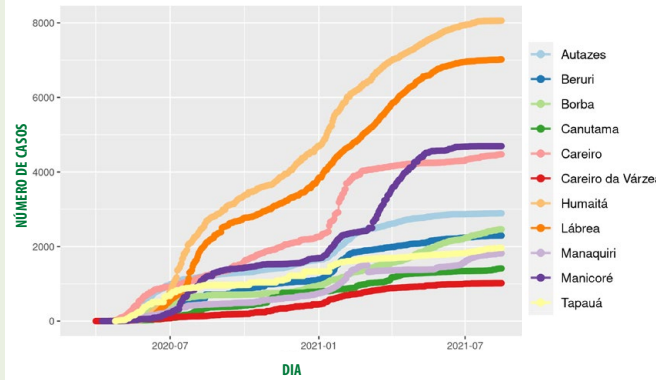
VARIANTES

O Estado do Amazonas identificou casos da variante Delta em Manaus e Maués. Os infectados estiveram ou entraram em contato com quem esteve nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. (Agência Amazonas)

Os municípios da região da tríplice fronteira com o Peru e a Colômbia estão em atenção para evitar a entrada da variante Lambda pelo Peru. A cidade peruana de Islândia, vizinha de Benjamin Constant, registrou um surto com as novas variantes. (g1 / CNN Brasil)

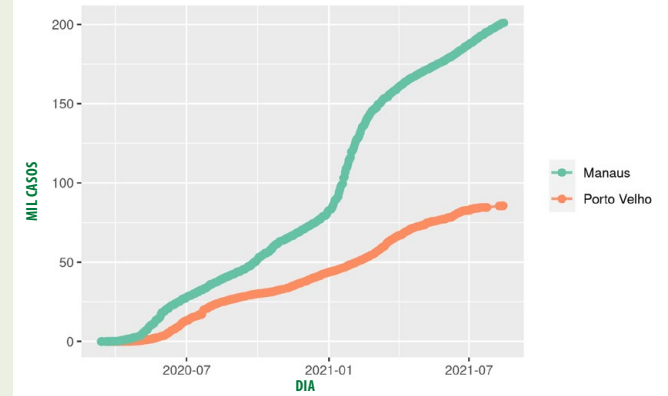


CRESCIMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



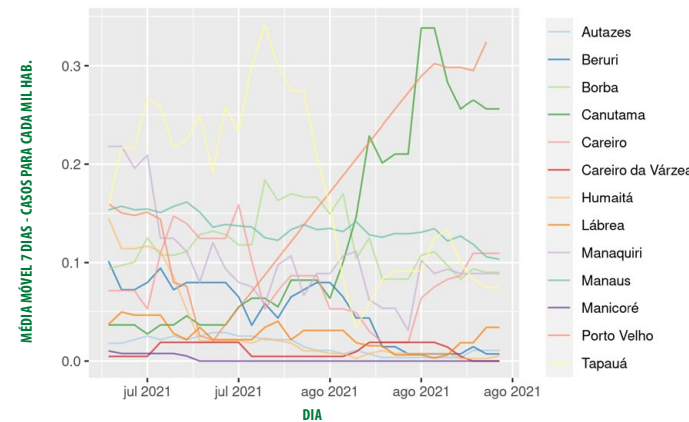
Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

CRESCIMENTO NAS CAPITALS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

MÉDIA MÓVEL MENSAL



Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.



Ciência

O que a BR-319 tem a ver com o novo relatório do IPCC?

Por **Aurora Miho Yanai** e **Philip Martin Fearnside**

Os dias estão mais quentes, as chuvas mais intensas, o período chuvoso mais longo, áreas que antes não alagavam estão alagando, o nível dos rios está subindo mais.

O clima do planeta está mudando e os humanos são os principais responsáveis, é o que afirmam os cientistas no último **relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC)**. A ciência é clara: as atividades humanas têm causado impacto no clima e estamos diante de mudanças sem precedentes nos últimos 2,5 mil anos.

E o que isso tem a ver com a BR-319 na **Amazônia**? A reconstrução da rodovia vai causar aumento do desmatamento e conflitos por terras devido à ocupações ilegais e à chegada de fazendeiros vindos de regiões vizinhas. Além do desmatamento no entorno da rodovia, ramais ilegais conectados a ela podem levar o desmatamento para outras áreas de **floresta ainda intacta**.

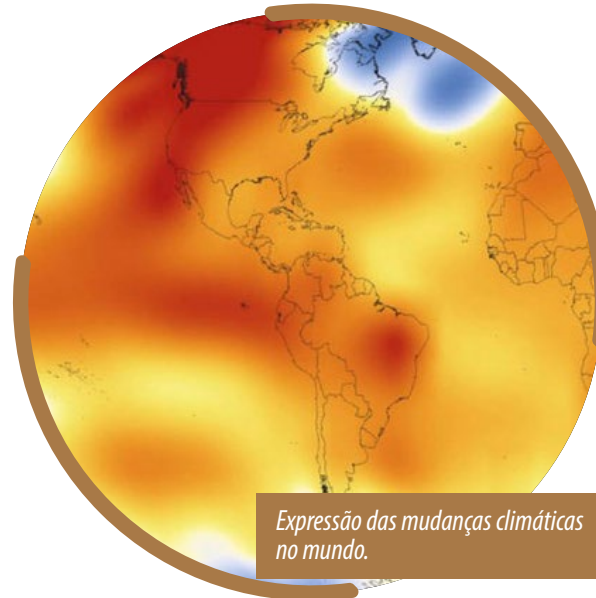


Imagem: Mapa Nasa - NOAA - USP

Os impactos em potencial ao longo da rodovia, que é a área focada pelo EIA-RIMA e praticamente todas as discussões sobre a obra, são apenas a ponta do *iceberg*. Pior será o resultado da migração a partir do Arco do Desmatamento para todas as áreas já conectadas a Manaus por estradas, como Roraima. **As vastas áreas de terras devolutas a oeste do rio Purus** seriam abertas para a grilagem por estradas planejadas conectadas a BR-319, como a AM-366. O gover-

no não será capaz de evitar o desmatamento nessas áreas, como está demonstrado pela história recente.

O desmatamento na Amazônia contribui de forma significativa para as mudanças climáticas, pois a floresta tem um papel fundamental no equilíbrio do clima do planeta. Quando ela é derrubada, o carbono que estava estocado nas árvores vai para a atmosfera e contribui para o aumento da temperatura global.

É preocupante a velocidade e a intensidade do **avanço do desmatamento e das queimadas na Amazônia nos últimos anos**. Extensas áreas estão sendo degradadas para exploração madeireira e para abertura de pastagem. Se nada for feito para combater essas atividades ilegais, importantes serviços prestados pela floresta serão comprometidos como a ciclagem de água, armazenamento de carbono e manutenção da biodiversidade. Conseqüentemente, a produção de alimentos, recursos florestais e a subsistência de populações tradicionais e indígenas também serão afetados.

É urgente a adoção de medidas que mantenham a floresta amazônica em pé. Se a BR-319 for reconstruída, vamos perder os benefícios e serviços ecossistêmicos que a floresta oferece. Portanto, a rodovia não deve ser reconstruída nos próximos anos, até que um nível de governança em toda a região afetada seja estabelecido de fato.

Aurora Miho Yanai e **Philip Martin Fearnside** são pesquisadores do Inpa. Este artigo foi escrito baseado em vasta literatura sobre os impactos da BR-319 na Amazônia no relatório mais recente do IPCC.



Minuto BR



Foto: Arquivo / Idesim



Recuperação



Já está liberado para tráfego de veículos o trecho da BR-319 no km 28 afetado pelo desabamento de um bueiro. O Dnit finalizou em cerca de três dias o reparo emergencial com recomposição do aterro e asfaltamento do local.

Lote C



O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, anunciou em seu perfil no Twitter que o Ipaam concedeu licença de Instalação para obras no Lote C. “Atenção, Amazonas (sic). Sabe o que esse papel significa? Que o Lote C da BR-319 já conta com licença para montagem de sua usina de asfalto. Repavimentação dos primeiros 52km da rodovia já é uma realidade e temos condições de entregar os primeiros trechos dentro de alguns meses”, diz a postagem acompanhada de uma foto do documento.

Visita



A licença vem após a visita de uma comitiva do Ministério da Infraestrutura e do Dnit ao Ipaam. A pauta do encontro incluiu atualizações sobre o status do processo de licenciamento de obras na rodovia BR-319 Além disso, também trataram sobre outros assuntos relacionados ao licenciamento de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4.



Marco Temporal



Indígenas da área de influência da BR-319 marcaram presença no Acampamento Luta pela Vida, em Brasília (DF). Delegações do rio Madeira e Purus das etnias Parintintim, Jiahui, Tenharim, Juma e Apurinã se uniram a mais 6 mil indígenas que acompanham o julgamento do marco temporal no STF.

Mudança



A servidora Arlene Maria Lamego da Silva Campos assumiu interinamente a superintendência do Dnit do AM com a exoneração de Smith, que ficou pouco mais de cinco meses no cargo.

Garimpo



A Justiça Federal condenou o Ipaam a anular licenças concedidas irregularmente para as atividades de extração de ouro em uma área de mais de 37 mil hectares no leito do rio Madeira, entre Novo Aripuanã e Humaitá, no AM. A Justiça considerou ilegais e inconstitucionais as licenças concedidas em razão da ausência de estudo de impacto ambiental antes da concessão das autorizações para exploração mineral e pelos danos ambientais causados pelas atividades de garimpo com o uso indiscriminado de mercúrio. Com isso, toda a atividade garimpeira antes amparada pelas licenças irregulares deve seguir paralisada.

Ameaça



O repórter fotográfico Edmar Barros foi ameaçado de morte após registrar queimadas em um ramal do km 42 da BR-230, no município de Lábrea (AM). Entre 09 e 19/08, ele percorreu a BR-319 e um trecho da BR-230 a trabalho para a agência Futura Press, a revista Amazônia Latitude e a fundação norueguesa *Rainforest Foundation*. A ameaça chegou através de uma mensagem em seu celular. “Eu andei 2.400 km em dez dias e não vi um agente do Estado, um policial, um brigadista, bombeiros, carro de Exército. Nada, nada, nada. Não existe o Estado nesta região. Para combater desmatamento e grilagem, essas coisas, não tem, não”, afirmou em entrevista. O fotógrafo fez um boletim de ocorrência na Polícia Civil do estado que investiga o caso.



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam);
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Ailton Dias (IEB); Allex Mendonça (FAS); Fernanda Meirelles (Idesam);
Gabriela Sampaio (FAS); Giovana Figueiredo (FAS); Kátia Demeda (TI Brasil);
Letícia Cobello (Idesam); Paula Carolina Paes Guarido (Idesam); e Thiago Marinho (Idesam).

Coordenação de Divulgação // Samuel Simões Neto e Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



idesam

